

Demitir 95 mil funcionários públicos...

Para um governo em que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, incumbido de passar a lâmina da austeridade nos gastos públicos pela folha obesa do funcionalismo federal, acabou a semana pedindo socorro à polícia contra ameaças de morte que chegam a sua casa pelo telefone, a confiança que o presidente José Sarney mostrou ao fazer o primeiro balanço mensal do Plano Verão, por cadeia nacional de rádio e TV, parece mensagem de outro mundo. "Fechamos cinco ministérios, coisa inédita no Brasil, com todos os seus gabinetes, cargos em comissão, despesas de custeio etc.", disse ele, embora na véspera o Congresso, Nacional tivesse deixado cair, por recurso de prazo, a primeira versão da medida provisória que regulava essas provisões.

Enquanto no Gabinete Civil da presidência uma equipe trabalhava noite a dentro preparando a segunda medida do mesmo teor, Sarney assegurava à opinião pública: "Os ministérios estão fechados. Demitidos todos os que ocupavam cargos em comissão, fechamos e eliminamos mais de trinta conselhos, com a necessária demissão de mais de quinze mil pessoas de altos salários". Enfim, prometia aplicar a medida provisória número 33 — que, aliás, aduciou sem ser substituído por outra esta semana — para estrear em 1º de março o programa de desembargo compulsório de "pessoas desnecessárias e ociosas, que não tenham adquirido estabilidade".

Sua contradição — e é, como tudo que diz respeito ao funcionalismo público brasileiro, a começar pelos números, pois até o ministro João Batista de Abreu, principal empreiteiro desse formidável desmonte, tentou no ano passado nomear uma comissão de técnicos (outro contraditório: cortar exige nomeações) para definir quais são e como ganham os servidores da União. Desistiu, porque eram inconciliáveis os dados sobre pessoal pro-



A hora do paquerador

□ É uma injustiça dizer que os 1.653 funcionários do Palácio do Planalto são, como seus colegas de outras repartições, sempre lentos e indispostos. Em pelo menos um horário, ao meio-dia, eles se mostram extremamente ágeis e dispostos. É a hora do paquerador, um ônibus especialmente designado para levá-los até o Shopping Center Conjunto Nacional. Lá, fazem compras em supermercados e boutiques, pagam contas, realizam operações bancárias e, para não desmentir o apelido do ônibus, paqueram. As 14h, com os compromissos particulares cumpridos, voltam ao trabalho no coração da máquina burocrática do governo.

duzidos com critérios diversos pelos ministérios do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e da Administração. Abreu tentou convocar para a tarefa de consolidação das folhas os compunidores do Serpro — pretensão inviável para um ministro empolgado em espremer despesas: "O custo previsto para o serviço era astronômico", justifica um de seus assessores diretos. Puderam o Serpro, repartição especializada no processamento de dados, portanto um produto burocrático da era dos computadores, carregada nada menos que 18.593 funcionários, quase cinco mil a mais que o IBGE, que cuida de todas as estatísticas básicas do país e emprega um grande contingente de cartógrafos.

Briga de rua — Como os números são impresentáveis demais para colocar na rota de exatidão os debates sobre o monstrinho do Serviço Público, ele sempre mediu por impressões, ou seja, vale tudo. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que ao assumir o mandato em 1987 denunciou

com o mínimo de barulho possível 40 mil funcionários inúteis — a maioria sem botar ninguém na rua, porque uma simples revisão dos caixas descobriu milhares de "fantomas" acumulando ilegalmente dois ou mais empregos — pode ter equilibrado o orçamento do estado, mas não saneou seu próprio cacife político. Jereissati é um coadjuntante regional da sucessão de Sarney. Em compensação, ali pertinho, em Alagoas, o governador Fernando Collor de Mello, dispensando com estardalhaço 9.557 funcionários, credenciou-se para o escrutínio de 1989 com a ética vigente no governo e encara como reta-faz.

Nesse ambiente carregado de violência que beira a violência, a cautele do ministro João Batista de Abreu, pedindo reunião extra à Polícia Federal, não fica ridículo porque ameaças de morte nessas disputas de emprego público deixaram de ser inverossímiles. Risco de constrangimento do governo corre mesmo pelo motivo oposto — o de subestimar a capacidade de resistência do pessoal. As extintões que Sarney, na televisão, deu por consumadas incluem os quadros de três empresas, a Embraer, o Geipot e a EBTU, oficialmente em processo de liquidação até dia 15 de abril. Isso, nos plenos. Na prática, os 1.638 desabrigados por essas extintões ainda não se deram por vencidos.

As cifras nesse terreno são precárias. Mas o balanço da União feito pelo ministério do Planejamento orçou esse avanço sobre os cargos públicos com elogio: é direito do cidadão é este precisa ter maiores prestações do Estado. Nós não oferecemos esse serviço à altura entre quase todas as áreas, tais como educação, saúde, previdência e transporte. Achamos, no entanto, que o grande responsável por isso é o governo".

Ela mesma se considera um exemplo que o governo é mau patrônio, exceto para apaniquados.

Entrou para o serviço público em 1967, através de concurso, para

seu professor na Universidade

Maceió, uma passeata dos demitidos (engrossada pelos ameaçados de dispensa, pois a meta de Collor) cortar 15 salários, deixando Alagoas com 55 mil servidores) lançou mão até de coquetéis molotov para protestar contra o governador. Como se fosse legítimo discutir a legitimidade dos direitos adquiridos, num estado onde o autoritário como o Instituto de Terras dispunha de uma verdadeira frota de 36 motoristas para dirigir o único carro da repartição — infelizmente, enquistado.

O motim a bordo do Estado

vem crescendo em volume, banalização e agressividade. Em São Luís, Maranhão, 15 mil funcionários municipais contratados irregularmente pelo prefeito Mauro Fecury e catupatados dos cargos pela sucessora e adversária política — Gardênia Gonçalves tentaram incendiar a sede da Prefeitura anos atrás. Em Petrópolis, Rio Grande do Sul, o atual prefeito Anselmo Rodrigues anda com guarda-costas para evitar tocasias por alguns dos 400 desafetos que despediu. No Rio de Janeiro, em

dezembro, uma passeata dos demitidos (engrossada pelos ameaçados de dispensa, pois a meta de Collor) cortar 15 salários, deixando Alagoas com 55 mil servidores) lançou mão até de coquetéis molotov para protestar contra o governador. Como se fosse legítimo discutir a legitimidade dos direitos adquiridos, num estado onde o autoritário como o Instituto de Terras dispunha de uma verdadeira frota de 36 motoristas para dirigir o único carro da repartição — infelizmente, enquistado.

O motim a bordo do Estado

vem crescendo em volume, banalização e agressividade. Em São Luís, Maranhão, 15 mil funcionários municipais contratados irregularmente pelo prefeito Mauro Fecury e catupatados dos cargos pela sucessora e adversária política — Gardênia Gonçalves tentaram incendiar a sede da Prefeitura anos atrás. Em Petrópolis, Rio Grande do Sul, o atual prefeito Anselmo Rodrigues anda com guarda-costas para evitar tocasias por alguns dos 400 desafetos que despediu. No Rio de Janeiro, em

dezembro, uma passeata dos demitidos (engrossada pelos ameaçados de dispensa, pois a meta de Collor) cortar 15 salários, deixando Alagoas com 55 mil servidores) lançou mão até de coquetéis molotov para protestar contra o governador. Como se fosse legítimo discutir a legitimidade dos direitos adquiridos, num estado onde o autoritário como o Instituto de Terras dispunha de uma verdadeira frota de 36 motoristas para dirigir o único carro da repartição — infelizmente, enquistado.

Ela mesma se considera um exemplo que o governo é mau patrônio, exceto para apaniquados.

Entrou para o serviço público em 1967, através de concurso, para

seu professor na Universidade

do Planalto, são demissíveis

pela nova Constituição, por tem

menos de cinco anos de serviço e contratação sem concurso. Outros, mesmo estavam

se formando em disponibilidade, lembrando o senador pelo PDS

— mexendo num vespero que a

maioria dos políticos trata de ignorar.

De cem mil a cíneos — A lista dos quase cem mil demissivos que o ex-ministro Aluizio Alves, ao deixar a pasta da Administração, passou para o governo como uma batata quente que ninguém quer pegar é o pior fiasco do Plano Verão, em matéria de reforma administrativa. Só assim o servidor público ganharia mais respeito e também teria melhores vencimentos, poucos muitos ganhando pouco também não resolve".

Outro candidato, Mário Covas — que, por sinal, como senador, foi o único representado como de esquerda a votar contra a estabilidade dos servidores na Constituinte — é um pouco mais otimizado: "Ninguém faz da dispensa uma plataforma, mas a demissão faz parte de uma política de racionalidade administrativa". Mas adversários explícitos do empreguismo, além de Collor, só conseguiram ser por enquanto os candidatos de direita, como Guilherme Afif Domingos e Jarbas Passarinho. Passarinho, por exemplo, afirma que um enxugamento radical não deveria parar nos 95.028 funcionários que, pelos cálculos do professor, nos quatro anos anteriores que, pelo menos, conseguiram chegar ao topo.

As gratificações, por exem-

plar, que se vulgarizaram a partir

de 1987, elevou os contracheques

dos consultores jurídicos da União em até 69%. Os auditórios fiscais abocanharam extras de 400%. Funcionários especializados do Tribunal de Contas corrigiram as suas em 215%. Na Policia Federal, empilharam-se gratificações de 200%, somando ao salário-base mistérios como a "indenização de habilitação policial" — 20%.

Com o funcionalismo cevado a tal ponto, cortá-lo via lista virou uma temeridade. Se tivesse

vindo para valer, a medida provisória 33 e o rol dos demissíveis do ex-ministro Aluizio Alves talvez produzido uma anomalia burocrática talvez ligeiramente maior, mas barata, mas sem dúvida ainda mais torta que o atual Estado

brasileiro. A Comissão Executiva

do Plano da Lavoura Cacau-

ca, inutilidade nascida em 1957

para debelar uma crise na lavou-

ra baiana e viva 31 anos depois,

perderia apenas 950 de seus 4.500 funcionários. Outra mixó-

dia, a Coordenação Nacional do

Ensino Agropecuário, despejaria

188 de seus 9.937 funcionários.

Em compensação, o Centro

Técnico Espacial, onde o Minis-

tro da Aeronáutica incubava os

exercícios de lançamento de um

futuro satélite made in Brazil

atiraria no espaço um terço de seu pessoal (4.080). Acabaria, no

Ministério da Marinha, atingido

por 9.937 cortes, o projeto de

construção do submarino nuclear

brasileiro. A Secretaria Especial

de Informática se reduziria a

uma equipe de quatro pessoas. A

Secretaria Especial do Sérpico e

na Itapu Binacional. A

atualização de conselhos

não podia 318 dos 1.153 lugares

de conselheiros na administração

das estatais — era um meio mui-

to difundido de inflar vencimen-

tos, com funções de dedicação

eventual que, fora os salários,

davam aos titulares direito a pas-

sagens aéreas, diárias e hospeda-

gens de suas reuniões.

Sem essas vantagens, o secr-

tário-geral Paulo César Ximenes

ganhou por mês NC\$ 1 mil a

menos.